

# Empresários reforçam o 'lobby' no Congresso

Da Sucursal de Brasília

Diversas lideranças empresariais passaram a intensificar, desde ontem, seu "lobby" junto aos constituintes contra a adoção da jornada de quarenta horas, a estabilidade no emprego, o salário de férias dobrado e a estatização da assistência médica do Sesi, Senai e Sesc. Conforme informou à Folha o empresário Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho, presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria (CNI), "daqui até dezembro nós vamos frequentar" o Congresso constituinte.

O grupo liderado por Luis Eulalio do qual constavam o 1º vice-presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, o tesoureiro Rui Altenfelder Silva, o presidente da Firjan, Arthur João Donato, da Fiergs, Luiz Carlos Mandelli, do Sindicato das Indústrias de Máquinas (Sindimag), Luiz Carlos Delben Leite, entre outros, também está manifestando sua restrição à inclusão na Constituição da greve irrestrita e de uma definição "xenófoba" para empresa brasileira.

O primeiro encontro do dia de ontem foi com o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro, relator da Comissão de Sistematização. Segundo Vidigal, "ele está mais próximo do que menos próximo de nossas reivindicações", dando a entender que, pelo fato do relator ser um político de centro, tenderá a definir-se por propostas alternativas às que constam do relatório atual.

Outra demonstração de identidade que Cabral teria dado ao grupo de líderes empresariais está na definição ideológica da Constituinte, reclamada na quarta-feira pelo presidente da Fiesp, Mario Amato, ao presidente Sarney. Segundo Vidigal,

o relator da Sistematização "não nega que prefere a livre iniciativa", definição ideológica capaz de dar aos empresários de que podem retomar os investimentos, "embora isso vá depender do plenário", admite.

Outro que deixou os empresários tranquilos quanto à questão dos investimentos foi o líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), de esquerda. O senador informou à Folha que procurou demonstrar aos empresários que "não há nenhum interesse dos constituintes em restringir a atuação das empresas nacionais".

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), de esquerda, também conversou com os empresários, na condição de 2º vice-presidente da Comissão de Sistematização. Após ouvir as restrições empresariais aos termos do relatório, Monteiro ponderou que existe uma preocupação geral entre os constituintes de que "a Nova Constituição deve avançar em relação à que existe".

Conforme o relato de Brandão Monteiro à Folha, foi indagado dos empresários se eles estavam trazendo propostas alternativas aos pontos que criticam. Os empresários teriam assegurado que possuíam estudos feitos pela CNI a serem propostos aos parlamentares durante os trabalhos da discussão do texto final.

O deputado Afif Domingos (PL-SP), de centro-direita, que também recebeu os líderes empresariais disse à Folha que as últimas declarações do líder sindical Luiz Antônio Medeiros (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo) indicam que, em lugar da estabilidade, os trabalhadores poderão preferir, um sistema de seguro-desemprego e regras mais rígidas contra a demissão imotivada.

FOLHA DE SÃO PAULO

106 JUL 1987

Aut P-21